

Senhores Antigos Governadores do Banco de Moçambique;

Senhores Membros do Conselho de Administração do BM;

Senhores Presidentes dos Conselhos de Administração das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras;

Senhores Administradores Delegados das Instituições Financeiras;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e

Meus Senhores

Gostaria, antes de mais, de, em meu nome pessoal e em nome do Conselho de Administração do Banco de Moçambique, endereçar cumprimentos a todos os presentes nesta cerimónia de brinde de fim de ano, momento em que habitualmente efectuamos um primeiro balanço do ano que está prestes a terminar e simultaneamente apresentamos as nossas perspectivas para o novo ano económico e financeiro.

Estendo a minha saudação às instituições de crédito e sociedades financeiras que operam no nosso País, às associações económicas e sócio-profissionais, aos sindicatos, à comunidade académica, aos parceiros de cooperação internacional e à comunicação social pela profícua colaboração que prestaram no decurso de 2010 ao Banco de Moçambique, enriquecendo a nossa visão e apoiando a nossa actuação, no quadro do mandato que nos é atribuído.

Saúdo também o nosso Governo pelo trabalho árduo realizado ao longo do ano prestes a findar, no domínio da consolidação da paz e das medidas corajosas para a estabilização macroeconómica, estimulando o investimento nacional e estrangeiro, melhorando o ambiente de negócios, promovendo a exploração equilibrada do vasto potencial de recursos de que o País dispõe, acções que no

seu conjunto concorrem para um crescimento económico rápido e sustentável do nosso país.

Não podia deixar de registar o facto de o nosso Governo ter adoptado, em Setembro último, um pacote de medidas arrojadas, visando a minimização da carestia de vida do nosso Povo, em especial das camadas sociais mais vulneráveis. São medidas cuja oportunidade e propósito saudamos vivamente e que precisam de ser implementadas e monitoradas, tendo sempre em atenção a necessidade de manutenção dos ganhos já alcançados no domínio da estabilidade macroeconómica.

Nesta ocasião, gostaria de expressar o nosso profundo reconhecimento a Sua Excelência o Presidente da República por ter decidido reforçar o Conselho de Administração do Banco Central com a nomeação do Dr. António Pinto de Abreu para a função de Vice-Governador do Banco de Moçambique, o que a todos nos encheu de orgulho e satisfação. Desejamos ao Dr. António Pinto de Abreu muitos sucessos nas novas funções que lhe foram confiadas.

Ilustres Convidados,

Quando nos reunimos no final do ano passado, anunciámos que em 2010 a nossa actuação seria conduzida tendo em vista os objectivos finais definidos pelo Governo, que previam um crescimento económico entre 5.9% e 6.4%, uma inflação média anual de 9.5% e uma posição das reservas internacionais equivalente a cerca de 5 meses, quando incluídos os grandes projectos. Anunciámos também que a expansão monetária deveria situar-se em torno dos 16%, com o crescimento do crédito à economia ligeiramente acima da expansão do PIB nominal.

Na ocasião, informámos a sociedade que em 2010 levaríamos a efeito um conjunto de actividades para assinalar condignamente o 35º aniversário do Banco de Moçambique. Permitam-me que aproveite esta oportunidade para, mais uma vez, prestar um tributo especial a todos os trabalhadores da nossa instituição, no activo e na reforma, desde os antigos Governadores, Administradores e Directores do Banco, pela maneira exemplar como tomaram parte nas nossas festividades, relatando as suas experiências, importante acervo da nossa memória colectiva e institucional. Para todos vós, vão os sinceros agradecimentos e louvores do Conselho de Administração!

Minhas Senhoras

Meus Senhores,

Depois de anos sucessivos de apreciável estabilidade macroeconómica, o ano de 2010 vai ficar marcado por um comportamento atípico nos seus principais indicadores, particularmente, a taxa de câmbio e o indicador de inflação.

Com efeito, defrontámo-nos ao longo de grande parte do ano em revista, pelo menos até Agosto, com uma tendência ascendente da inflação, contrariando, em alguns períodos, a sua trajectória sazonal, particularmente no segundo trimestre, onde historicamente este indicador regista variações menos pronunciadas, devido à época alta das hortícolas. No que tange à taxa de câmbio, desde finais de Outubro de 2009 o mercado evidenciava sinais de depreciação e volatilidade, que se agravaram no período de Março a Abril, altura em que o *spread* atingiu o nível de 23%, sugerindo acções enérgicas do nosso lado e que efectivamente viemos a tomar para contrariar a trajectória ascendente, com resultados visíveis nesta parte final do ano.

A aceleração da inflação doméstica em 2010 está associada ao efeito da forte precipitação verificada no início do ano, que veio agravar o défice da produção

doméstica de hortícolas e vegetais. Para além deste factor, entre Março e Agosto o Governo procedeu a descongelamento gradual de alguns preços administrados, que criou distorções sensíveis no cabaz do índice de preços no consumidor, através da deflagração duma inflação correctiva.

A volatilidade da taxa de câmbio agravou-se nos princípios de 2010 devido ao efeito conjugado do atraso nos desembolsos de fundos de apoio ao Orçamento de Estado por parte dos parceiros de cooperação, da acentuada pressão sobre a procura de divisas para fazer face às importações, especialmente dos combustíveis líquidos, cuja factura cresceu devido ao aumento do consumo interno e dos preços internacionais, aliado a certa concentração destas facturas nos meses de Julho e Agosto. Esta conjuntura decorreu num quadro de deterioração contínua da nossa balança de pagamentos, como resultado da crise financeira internacional, que afectou significativamente as nossas exportações.

A esses factores acresce a tendência para o contínuo fortalecimento do Rand e a flutuação do Dólar americano no mercado internacional. A força do Rand emana do potencial de exportação de ouro e de outros metais preciosos que a África do Sul realiza, cuja valorização internacional atingiu patamares históricos e também da robustez da sua economia em 2010, que atraiu significativos investimentos e rendimentos associados ao Campeonato Mundial de Futebol. O fortalecimento do Dólar americano no mercado internacional não foi linear ao longo do ano. Por um lado, ele traduz os ganhos da recuperação económica nos EUA, mas, por outro, decorre da deterioração das finanças públicas e do processo de consolidação fiscal em muitos países da zona do Euro, com reflexos negativos no valor do Euro.

Dados mais recentes mostram que a tendência das moedas fortes no mercado internacional vai sendo cada vez mais incerta, prevalecendo o chamado fenómeno de *“guerra cambial”* em que as autoridades de alguns países, para

corrigirem os seus défices comerciais e melhorarem a sua competitividade, optam por desvalorizar de forma deliberada as suas moedas.

Do lado monetário, as perturbações que observámos no mercado cambial e na liquidez do sistema levaram-nos a tomar medidas de maior restrictividade da política monetária, através de revisões em alta na nossa principal taxa de intervenção no Mercado Monetário Interbancário, incrementando, em termos acumulados no ano, em 400 pb para 15,5%, ao mesmo tempo que aumentámos o coeficiente de reserva obrigatória para 8.75%. Em Agosto, sem deixar de respeitar os nossos compromissos em matéria de reservas internacionais líquidas, decidimos incrementar as vendas de divisas no Mercado Cambial Interbancário, com o objectivo de reforçar a esterilização de liquidez, conter a pressão inflacionária e repor a estabilidade da taxa de câmbio. A assunção de 100% da factura de combustíveis implicou a colocação no mercado de maior quantidade de divisas, amortecendo a pressão do lado da procura junto da banca comercial, transmitindo, assim, expectativas positivas quanto à tendência de curto e médio prazo da taxa de câmbio e da disponibilidade de recursos em moeda externa.

Minhas Senhoras,

Meus Senhores, e

Caros Convidados,

A evolução recente dos principais indicadores que temos vindo a mencionar leva-nos a considerar que o ano de 2010 vai encerrar com resultados bem mais animadores do que há poucos meses projectávamos. Com efeito, a taxa de câmbio média das transacções dos Bancos com a sua clientela que em meados de Agosto se aproximou dos 40 Meticais por Dólar recuou para menos de 35 Meticais em meados de Dezembro, tendo o seu *spread* com a taxa de cotações

reduzido de 23% em finais de Março para cerca de zero por cento, que se mantém actualmente.

Após oito meses de aceleração contínua da inflação, em Setembro e Outubro as variações mensais foram negativas e em Novembro, embora positiva, foi inferior à registada em igual período de 2009, donde resulta uma desaceleração da inflação anual de 17.08% em Agosto para 15.06% em Novembro de 2010. O comportamento sazonalmente atípico da inflação no ano de 2010 levou as autoridades a reverem a meta de inflação média anual de 9,5% para 12,7% e as nossas previsões indicam que este objectivo é atingível, o que, a confirmar-se, nos permitirá fazer uma apreciação positiva do impacto das medidas extraordinárias que o Governo tomou, reforçadas pelas decisões de política monetária tomadas pelo Banco de Moçambique.

Apraz-nos constatar que, apesar da conjuntura económica e financeira adversa, a economia moçambicana continuou a crescer a ritmos robustos. Com efeito, informações preliminares publicadas pelo INE indicam que o PIB cresceu 8.5% em termos reais nos primeiros nove meses do ano, o que faz antever uma expansão acima do programa inicial de 6,3% estabelecido para 2010. O facto de mais recentemente o crescimento do PIB estar a ser sustentado pelo dinamismo dos sectores agro-industrial, de construção, comércio e transporte e comunicações, anima-nos por estes serem os sectores que mais emprego criam por estarem associados à mão-de-obra intensiva e por isso com efeito multiplicador no nível de renda e consumo de muitas famílias.

Do lado do sector financeiro, esta evolução positiva terá sido sustentada pelo crédito à economia cujo *stock* atingiu até Outubro cerca de 91.8 mil milhões de Meticais, correspondente a um acréscimo acumulado, desde o início do presente ano, de 29%, variação que reduz para 20.9% quando retirado o efeito da depreciação do metical, o que mesmo assim representa um forte acréscimo do

financiamento bancário nacional ao sector privado. Mais ainda, este sector, excluindo os grandes projectos, beneficiou também de financiamento externo, num montante líquido acumulado de cerca de USD 33.0 milhões, até Setembro, o que também é importante para o aumento do investimento interno, geração de emprego e para a actividade económica no geral.

Por seu turno, dados preliminares referentes ao mês de Novembro de 2010 indicam que a Base Monetária, variável operacional da política monetária, se situou em torno dos 30.5 mil milhões de meticais, correspondente a uma expansão acumulada de 24% determinada pelo incremento das reservas bancárias em 36.6%, e pelo aumento das Notas e Moedas em Circulação em 19.%. Durante o ano, voltámos a registar que se mantém uma elevada preferência do público pelo numerário, o que nos coloca desafios acrescidos no domínio da gestão da liquidez.

Dados preliminares relativos ao desempenho do sector externo nos primeiros nove meses do ano indicam que a posição externa do país medida pela Conta Corrente, excluindo as transacções dos grandes projectos, se deteriorou em cerca de 13%, comparativamente ao período homólogo de 2009, em face da redução mais acentuada das exportações comparativamente à das importações. Entretanto, incluindo os grandes projectos, as exportações totais aumentam no período, o que perante uma tímida redução das importações, acaba beneficiando a melhoria do défice corrente do País, em cerca de 27%.

O défice da conta corrente, excluindo as operações dos grandes projectos, foi financiado, em parte, pela entrada líquida de recurso sob a forma de transferências correntes unilaterais que atingiu o valor de USD 628.3 milhões, entretanto inferior ao registado em igual período de 2009 em 6%, pela entrada de USD 145.9 milhões de investimento directo estrangeiro, menos 57% que o valor apurado no período homólogo, mas também pelo recurso ao endividamento

externo tanto ao nível do sector público como do privado, cujo montante líquido até Setembro ficou abaixo do observado em igual período do ano anterior em cerca de USD 75 milhões, correspondente a uma redução de 26%.

Assim, perante a queda dos influxos de capital no país, seja através dos ganhos do comércio externo, como das diversas operações financeiras acima reportadas, a pressão cambial exercida nos primeiros meses do ano exigiu do Banco Central maiores vendas de divisas, o que teve impacto no desgaste das reservas internacionais líquidas até Novembro em cerca 163 milhões de Dólares, tendo-se o saldo fixado nos 1.678 milhões de Dólares, equivalente a cerca de 4.6 meses de cobertura de importações de bens e serviços não factoriais.

Os números em nosso poder confirmam que a crise financeira e económica mundial continuou a fustigar severamente o sector externo da economia moçambicana em 2010, reduzindo as nossas exportações, em consequência da redução da procura mundial e flutuação dos preços das matérias-primas e produtos acabados, com impacto na volatilidade da taxa de câmbio do Metical.

Minhas Senhoras,

Meus Senhores,

Caros Convidados

Em 2010, juntamente com o Governo, dedicámos atenção especial ao processo de elaboração e advocacia abrangente do projecto de regulamento da lei cambial, esta semana aprovado pelo Conselho de Ministros. Saudamos o envolvimento e as contribuições que recebemos de diferentes sectores da sociedade, nomeadamente bancos comerciais, CTA e empresas de comércio externo, públicas e privadas, para além de instituições de consultoria jurídica, instituições financeiras internacionais e os órgãos de comunicação social. Esta regulamentação vai orientar-nos em matéria de operações com o exterior e tem

no sistema bancário o seu principal vector. O princípio de liberalização da conta corrente que ela reflecte impõe um sistema estruturado de recolha, verificação e validação de informação para fins de construção da nossa balança de pagamentos.

A prática de repatriamento das receitas de exportação para o sistema financeiro nacional e a sua absorção em moeda nacional não é nova na história de Moçambique e é comum na maioria dos países do nosso continente e do mundo. Em Moçambique, o repatriamento de divisas, nos termos aprovados pelo Conselho de Ministros, contribuirá para uma maior estabilidade cambial através do reforço do fundo cambial do país, para o incremento da frequência e do volume das operações no Mercado Cambial Interbancário, bem assim para o aumento da poupança interna e redução da dependência externa.

Distintos convidados,

No ano em balanço, mantivemos a nossa postura de supervisão e fiscalização das instituições, realizando inspecções regulares às instituições crédito que operam no nosso mercado para além de termos apoiado as instituições a implementarem o Manual de Boas Práticas de *Corporate Governance* produzido em 2009. A vigilância que temos mantido junto das instituições, aliada ao crescente profissionalismo dos seus gestores, permite que, apesar da forte expansão do crédito à economia ocorrida nos últimos anos, o rácio do crédito malparado se mantenha a níveis inferiores a 2%, e o rácio de solvabilidade se situe bem acima dos mínimos exigidos internacionalmente.

Apraz-nos também constatar que apesar da conjuntura adversa e contrariamente ao que sucedeu em muitos países, onde instituições financeiras se viram forçadas a encerrar ou a solicitar fundos públicos para se manterem em actividade, em Moçambique se assistiu à entrada em funcionamento de novas

instituições, à introdução de novos produtos e abertura de novos balcões de bancos por este vasto território, aumentando deste modo os seus clientes e a sua base de expansão.

Caros Convidados

No quadro do nosso objectivo estratégico de construirmos um sector financeiro mais inclusivo, os resultados até aqui alcançados são positivos e encorajadores. No presente ano, voltamos a assistir ao aumento do número de balcões, passando a cobrir um total de 53 dos 128 distritos do país, ao mesmo tempo que o número de balcões em funcionamento incrementou em 11,4% para um total nacional de 392. Ainda assim, muito há por ser feito tendo em vista alargar a rede de bancos comerciais para os restantes 75 distritos rurais. Estamos convictos de que o sistema bancário está sensível a esta realidade e encorajamo-lo a prosseguir com o processo de bancarização da nossa economia.

Neste contexto, as instituições financeiras que operam no País, incluindo as de microfinanças, são chamadas a fazer uso das novas tecnologias de informação, buscando experiências de outros países no sentido de alargarem os serviços financeiros aos pontos mais recônditos do país, através da adopção de mecanismos alternativos à banca tradicional, designadamente o *mobile telephone banking*, *mobile banking*, entre outras tecnologias que hoje tornam possível a realização de transacções financeiras sem que tal implique necessariamente a presença física de bancos.

Estamos certos de que a modernização contínua do sector financeiro favorecerá o objectivo de crescimento acelerado da nossa economia. A criação da Sociedade Interbancária de Serviços (SIMO), assente na partilha da infra-estrutura tecnológica pelos bancos comerciais licenciados no país, insere-se nesta estratégia e esperamos que a mesma torne os custos de transacção mais

reduzidos e atractivos, promovendo a massificação de instrumentos alternativos ao numerário nos pagamentos, o que facilitará a actividade económica, os negócios e a gestão da circulação monetária.

Em 2010, foram dados importantes passos para a entrada em funcionamento desta sociedade e esperamos que no primeiro semestre de 2011 as ATM's e os POS's passem a estar conectados à mesma rede e os bancos estejam ligados aos agentes prestadores de serviços financeiros mesmo nas zonas em que não tenham uma presença física. Perante os avanços encorajadores até aqui registados, permitam-me que saúde os bancos que operam no nosso sistema pelo seu envolvimento na concepção e criação da referida sociedade.

Minhas Senhoras,

Meus Senhores,

Distintos Convidados

A economia mundial tem vindo a recompor-se gradualmente da situação de crise generalizada, a mais severa desde a eclosão da 2ª Guerra Mundial. Segundo dados do *World Economic Outlook* a economia mundial poderá crescer em 4.8% em 2010, impulsionada pelo crescimento mais vigoroso das economias emergentes, em particular da China e Índia, aliado ao bom desempenho projectado para a Zona Euro, Japão e o Reino Unido, isto nas economias mais avançadas. Para a África subsahariana, espera-se um crescimento em torno de 5.0% no presente ano.

Ainda assim, em 2011 a nível internacional prevalecem riscos de abrandamento da actividade económica, ao mesmo tempo que se perspectiva um incremento global do desemprego e manutenção do nível geral de preços em patamares relativamente baixos. A produção global poderá retrair em 60 pb para 4.2% em resultado da queda das

taxas de crescimento do produto nas economias mais desenvolvidas e nas de mercados emergentes a recuarem em 50 pb e 70 pb, respectivamente, o que será atenuado pela aceleração da produção dos países em desenvolvimento, incluindo a África Subsahariana, que se espera venha a registar uma expansão global de 5.5%, mercê do crescimento da demanda interna e investimento público e privado.

Em Moçambique, a implementação da política monetária em 2011 continuará a respeitar os principais objectivos finais da política económica do Governo, nomeadamente uma inflação média anual de 8%, um crescimento real do Produto Interno Bruto de 7.2% e 4.3 meses de cobertura de importações de bens e serviços não factoriais por reservas internacionais brutas.

Os objectivos intermédios da política monetária contemplam uma expansão anual dos meios totais de pagamento (M3) não superior a 18.3% e um incremento anual do crédito à economia até ao limite de 22.6%. Quanto à base monetária – variável operacional da política monetária – a nossa previsão é de um crescimento anual moderado, em torno dos 13%. O programa monetário para 2011 prevê ainda uma constituição de reservas internacionais líquidas de USD 220 milhões, relativamente ao saldo projectado para finais de 2010, fazendo com que o mesmo venha a situar-se nos USD 1,895 milhões.

Para a execução da política monetária e consequente regulação da liquidez bancária, no ano em perspectiva, o Banco de Moçambique continuará a privilegiar a utilização de instrumentos dos mercados interbancários, monetário e cambial, complementados pela persuasão moral e supervisão activa das instituições de crédito e sociedades financeiras.

No seguimento das acções já iniciadas nos últimos anos, estão previstas para 2011 as seguintes acções de carácter estrutural:

- Prosseguir com os esforços visando a melhoria permanente do quadro de formulação e gestão da política monetária, com destaque para o afinamento dos modelos de previsão da inflação e outros indicadores macroeconómicos;
- Assegurar a implementação da Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO), tendo em vista catapultar a bancarização da economia, o alargamento dos serviços financeiros para as zonas menos favorecidas do País e a redução dos levantamentos e pagamentos em numerário;
- Proceder à ampla divulgação, por todos os operadores do comércio externo, do novo regulamento da lei cambial.
- Implementar a função *oversight* do Sistema Nacional de Pagamentos para aprimorar a qualidade de prestação de serviços de pagamentos ao nível nacional, de forma segura e eficiente;
- Proceder à avaliação do teste de esforço dos principais bancos comerciais a operar no nosso mercado, tendo em vista mitigar potenciais riscos;
- Continuar a contribuir, a nível regional, para que os objectivos de integração e convergência macroeconómica definidos na SADC, incluindo a integração de sistemas de pagamentos e adequação da principal legislação dos bancos centrais.

À semelhança do que vem sucedendo nos últimos anos, as condições de financiamento ao Orçamento do Estado e Balança de Pagamentos para 2011 foram negociadas ainda no decurso do presente ano, estando previsto para este mês de Dezembro o desembolso antecipado dos recursos do Banco Mundial no valor de USD 110 milhões para apoio directo ao Orçamento.

Destacamos o facto de o Parlamento ter já aprovado o Plano Económico e Social e Orçamento de 2011, colocando desde já, ao dispor do Governo e agentes económicos, importantes instrumentos de gestão macroeconómica e orientação financeira para o ano prestes a iniciar.

Minhas Senhoras

Meus Senhores

Caros Convidados,

A conjuntura que vivemos continua sendo de grandes desafios para as nossas instituições e a busca de soluções para os mesmos obriga-nos a estarmos atentos às novas dinâmicas dos mercados internos e internacionais e a uma permanente troca de informações que nos permita enfrentar coordenadamente os choques e riscos que prevalecem.

Do nosso lado, o Banco de Moçambique continuará empenhado no seu principal objectivo, que é o de assegurar uma inflação baixa e estável, pois acreditamos ser esta a via através da qual nos tornamos mais competitivos na atracção de novos investimentos, para além de permitir preservar o poder de compra das famílias com menores rendimentos, contribuindo assim para o combate à pobreza.

No que respeita à nossa missão de supervisão do sistema, prosseguirá com a vigilância aos indicadores de solidez e estabilidade do sistema financeiro para evitar a ocorrência de eventos que possam no futuro vir a afectar a saúde do nosso sector. Continuaremos também a trabalhar com o Governo, com o sector privado e com os bancos em particular, tendo em vista estimular uma maior expansão dos serviços financeiros para as zonas rurais, onde o grau de intermediação financeira ainda se mantém bastante reduzido.

Antes de terminar, permitam-me que aproveite esta ocasião para agradecer com ênfase aos agentes económicos e à sociedade em geral que continuam a acreditar nas nossas políticas, contribuindo para o desenvolvimento económico e social do país. Gostaria ainda de expressar o meu profundo reconhecimento ao apoio que a comunidade internacional continua a prestar ao nosso País, fornecendo-nos os recursos financeiros indispensáveis aos programas do Governo e ao plano de combate à pobreza, em particular.

Por último, quero expressar o meu apreço e do Conselho de Administração aos trabalhadores do Banco de Moçambique e, por vosso intermédio, a todos os trabalhadores do nosso sistema financeiro, pela dedicação e empenho demonstrados ao longo do ano de 2010.

A todos e às vossas digníssimas famílias, desejo Festas Felizes e um Ano Novo próspero.

Maputo, 17 de Dezembro de 2010